



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Legislação e Justiça		
Reunião: 19ª Ordinária	Sessão legislativa: 4ª	Legislatura: 19ª
Data: 18/6/24		
Horário de início: 13h55min		Horário de encerramento: 14h12min
Local: Plenário Camil Caram		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência do vereador Irlan Melo, que registrou a presença remota dos vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares, Jorge Santos, Ramon Bibiano da Casa de Apoio e da vereadora Fernanda Pereira Altoé, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação da Ata da 18ª Reunião Ordinária, realizada em 11/6/24.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

EM SEGUNDO TURNO: 1) Projeto de Lei nº 721/23 - “Altera a Lei nº 11.416/22, que ‘Institui a Lei Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Pessoa com Mobilidade Reduzida’, para estabelecer medidas que visam assegurar a acessibilidade da pessoa surda ou com deficiência auditiva a cargo ou emprego provido por concurso público”. Autoria: Professora Marli.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Irlan Melo, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das emendas nºs 1, 2 e 3.

O vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares assumiu a presidência.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2) Projeto de Lei nº 780/23 - “Institui o Programa Capoeira nas Escolas no Município de Belo Horizonte”. Autoria: Cida Falabella e Iza Lourença.

O vereador Irlan Melo solicitou o adiamento da apreciação do parecer, nos termos do art. 76 do Regimento Interno - RI.

Deferido.

O vereador Irlan Melo assumiu a presidência.

3) Projeto de Lei nº 855/24 - “Institui o ‘Programa Leandro Lo - Jiu Jitsu na Escola’ no Município de Belo Horizonte”. Autoria: César Gordin.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Irlan Melo, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da Emenda nº 1.

EM PRIMEIRO TURNO: 4) Projeto de Lei nº 872/24 - “Institui a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa Com Fibromialgia no Município e dá outras providências”. Autoria: Loíde Gonçalves.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé discutiu o projeto.

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Fernanda Pereira Altoé, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

5) Projeto de Lei nº 899/24 - “Institui a Política Municipal de Enfrentamento da Violência Política contra a Mulher”. Autoria: Professora Marli, Cida Falabella, Iza Lourença e Professora Nara.

Retirado de pauta devido à apresentação do Requerimento SIL nº 2.235, que solicita a suspensão de tramitação do projeto de lei.

6) Projeto de Lei nº 900/24 - “Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - ou com outra instituição financeira e dá outras providências”.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Autoria: Executivo - Mensagem nº 38, de 20/10/23.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Jorge Santos, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

7) Projeto de Lei nº 901/24 - "Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal ou a outra instituição financeira e dá outras providências". Autoria: Executivo - Mensagem nº 23, de 24/8/23.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Jorge Santos, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

8) Projeto de Lei nº 902/24 - "Altera a Lei nº 11.202, de 28 de novembro de 2019, que 'Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito junto à Corporação Andina de Fomento ou a outra instituição financeira com a garantia da União e dá outras providências". Autoria: Executivo - Mensagem nº 11, de 2/5/24.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Jorge Santos, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

9) Projeto de Lei nº 903/24 - "Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo com a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD - ou outra instituição financeira e dá outras providências". Autoria: Executivo - Mensagem nº 39, de 20/10/23.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Jorge Santos, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

10) Projeto de Lei nº 914/24 - "Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e da Caixa Econômica Federal e dá outras providências".



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Autoria: Executivo - Mensagem nº 15, de 3/6/24.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Irlan Melo, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

11) Projeto de Lei nº 915/24 - “Institui a Política Municipal de Enfrentamento à Emergência Climática”. Autoria: Executivo - Mensagem nº 16, de 5/6/24.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Irlan Melo, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

EM REDAÇÃO FINAL: foram aprovados, por unanimidade, os pareceres de redação final aos projetos: 12) Projeto de Lei nº 510/23 - “Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de cartão de vacinação para o cadastro e para a renovação de matrícula de estudante em estabelecimento de ensino do SME”. Autoria: Professora Marli; 13) Projeto de Lei nº 720/23 - “Determina a substituição de sinais sonoros nos estabelecimentos das redes pública e privada de ensino por sinais musicais a fim de não gerar incômodos sensoriais às pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA e dá outras providências”. Autoria: Bruno Miranda; 14) Projeto de Lei nº 725/23 - “Altera a Lei nº 8.565/03 que dispõe sobre o controle da população de cães e gatos e dá outras providências”. Autoria: Miltinho CGE; 15) Projeto de Lei nº 847/23 - “Cria o Prêmio Conhecimento”. Autoria: Dr. Bruno Pedralva.

EM TURNO ÚNICO: 16) Projeto de Lei nº 868/24 - “Dá o nome de Praça Ana Lúcia Goulart à praça situada na confluência das ruas Benjamim Moss e João Arantes, no bairro Cidade Nova”. Autoria: Álvaro Damião.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio, pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e



Aprovado, com voto contrário da vereadora Fernanda Pereira Altoé, o parecer do relator, vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio, pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e aprovação.

Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pela presidenta ou pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

ATA APROVADA
Distribuição para impugnação: 19/6/24
Comunicação de aprovação:
Presidenta/Presidente